

1 **Ata 10/2025** – Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito
2 horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Cozinha Social, situada na Avenida Maripá,
3 nº 7001 - Jardim Filadelfia, em Toledo-Paraná, reuniram-se os membros do **Conselho**
4 **Municipal de Assistência Social** (CMAS), de forma presencial, para realização da
5 **Reunião Ordinária**, contando com a presença dos conselheiros/as da Gestão 2024-2026
6 descritos na lista de presença que é parte integrante desta ata. A Vice-Presidente Ana
7 Clara Schneider cumprimenta todos os presentes e apresenta a ordem do dia, nos termos
8 do Edital de Convocação nº 10/2025, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município
9 de Toledo, no dia 27 de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, Edição 4.454, Página
10 27, contendo os seguintes pontos de **PAUTA: a)** Deliberar sobre a ata nº 009/2025 do
11 CMAS; **b)** Deliberar sobre a Prestação de Contas: Execução Financeira e Orçamentária
12 do 1º Quadrimestre de 2025; **c)** Deliberar sobre Proposta de Lei Orçamentária Anual –
13 LOA 2026; **d)** Apresentação de dados de desligamento voluntário do Programa Bolsa
14 Família; **e)** Deliberar pela substituição de representante da Secretaria de Desenvolvimento
15 Humano e Social: Infância, Juventude, Pessoa Idosa e Família – SDHS; **f)** Deliberar sobre
16 recomposição das Comissões Permanentes de Trabalho do CMAS; **g)** Relatos e
17 deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS: Comissão Técnica; Comissão de
18 fiscalização; Comissão de Orçamento; Comissão de Acompanhamento da Deliberações
19 da Conferência Municipal de Assistência Social. **INFORMES: a)** Informes da Cozinha
20 Social; **b)** Informes da SMAS; **c)** Relato das Comissões externas e representações; **d)**
21 Correspondências recebidas e expedidas; **e)** Outros informes. Antes de ser colocada para
22 aprovação, o conselheiro e Diretor do Departamento de Gestão Financeira e Orçamentária
23 do SUAS, Jean Michell Fagundes Bispo, solicita a retirada do item “c” da pauta,
24 considerando não ter sido possível concluir a proposta da Lei Orçamentária, a qual ainda
25 precisará ser apresentada para a Comissão de Orçamento do CMAS e posteriormente
26 apresentada em reunião, possivelmente por convocação de uma reunião extraordinária
27 deste Conselho. A Secretária Executiva Ana Maria Krolow solicita a inclusão de ponto de
28 pauta, para tratar da substituição de conselheiro representante da entidade Centro
29 Beneficente de Educação Infantil Ledi Maas no CMAS. Feitos os registros, a pauta é
30 colocada em votação, sendo aprovada pelos presentes. Por questão de ordem, a Vice-
31 Presidente Ana Clara informa a presença nesta reunião do Diretor da Cozinha Social, Sr.
32 Edson Pimenta de Oliveira, atendendo convite dos conselheiros e, considerando sua
33 necessidade de cumprir agenda com o Vice-Presidente, é antecipado o **Informe da**
34 **Cozinha Social** para posteriormente se dar seguimento à pauta desta reunião. Com a
35 palavra o Diretor Edson Pimenta inicialmente se apresenta e informa ser seu objetivo falar

36 sobre a Cozinha Social, mas se coloca à disposição para responder as perguntas
37 específicas, sendo seu entendimento que será mais esclarecedor. A conselheira Ana Clara
38 informa que um dos motivos que levaram este Conselho convidá-lo é o fato do fechamento
39 dos Restaurantes Populares serem fechados no mês de janeiro, impedindo o acesso da
40 população a esse serviço e indaga se haveria a possibilidade de não haver essa
41 interrupção no atendimento. O Diretor Pimenta já informa que já está no planejamento da
42 Administração o fechamento dos restaurantes populares, considerando que em virtude da
43 dificuldade de mão-de-obra e a Cozinha Social ter 58 trabalhadores terceirizados, não é
44 possível conceder férias para metade desses trabalhadores em um período e a outra
45 metade em outro momento, considerando que conceder férias durante o ano não é viável,
46 em virtude do ritmo de produção ininterrupto da Cozinha. Supondo que se opte em manter
47 no mês de janeiro pelo menos dois restaurantes em funcionamento, de acordo com sua
48 informação, toda equipe que trabalha para a produção dos restaurantes, concedendo
49 férias somente para os trabalhadores que atendem a merenda escolar. Nessa hipótese, os
50 trabalhadores dos restaurantes que não gozaram férias em janeiro, dentro de seu direito,
51 poderão solicitar gozo de férias em março, por exemplo, quando um trabalhador a menos
52 já impactará nas atividades como um todo, uma vez que por serem trabalhadores
53 terceirizados, não são substituídos. O Diretor informa que numa pesquisa interna junto aos
54 usuários dos Restaurantes Populares, onde buscaram saber a idade dos usuários, com
55 qual frequência fazem uso dos RPs, sexo, se trabalhador ativo ou aposentado, sendo
56 também perguntados se fazem uso do Restaurante Popular no mês de janeiro, ficando
57 contabilizado que 38% responderam afirmativamente. Ele considera que muitas empresas
58 concedem férias coletivas também no mês de janeiro, além de ser um mês que muitas
59 pessoas viajam, diminuindo muito a frequência nos restaurantes populares, razão pela
60 qual considera inviável manter dois restaurantes em atividade. Outro motivo pela
61 paralização da Cozinha Social no mês de janeiro ele justifica pela necessidade de
62 manutenção nos equipamentos. Indagado acerca de contar com a possibilidade de ter os
63 trabalhadores terceirizados sendo substituídos em seus períodos de férias, o Diretor
64 justifica que as férias coletivas permitem que o contrato com a empresa terceirizada seja
65 glosado, trazendo uma economia para os cofres públicos. Outra informação que o Diretor
66 Edson Pimenta traz é que, embora a Cozinha Social seja mantida pelo orçamento da
67 Secretaria da Administração, 60% da produção da Cozinha Social é para a Secretaria da
68 Educação, 18% para a Secretaria de Assistência Social, 15% da Secretaria de
69 Administração e 7% outras Secretarias. Agradecendo o atendimento ao convite deste
70 Conselho, a conselheira Cíntia Regina Brun, entendendo toda argumentação do Diretor

71 pela paralização da Cozinha Social no mês de janeiro, expõe a ele a preocupação quanto
72 ao atendimento do público atendido pela Assistência Social, que são as pessoas em
73 situação de vulnerabilidade, que são a razão de ser da Cozinha Social, visando garantir a
74 segurança nutricional e alimentar para esse público. Divergindo quanto ao motivo que a
75 Cozinha Social foi criada, que não teria sido para atender pessoas em situação de
76 vulnerabilidade e sim devido ao alto índice de intoxicação alimentar pelos trabalhadores da
77 construção civil, principalmente, devido levar marmitas e a comida já estar imprópria para
78 consumo devido não ficarem conservadas adequadamente, o Diretor Pimenta trouxe um
79 entendimento seu de que pessoas em situação de vulnerabilidade social se referem
80 somente às pessoas em situação de rua, sendo que não é esse apenas o público atendido
81 pela Assistência Social. Dentro desse entendimento ele se propõe, em reunião com a
82 Gestão da SMAS, buscar uma forma alternativa de fornecimento de refeições para os PSR
83 no mês de janeiro. Considerando ter prestado as informações que lhe foram solicitadas, o
84 Diretor pede desculpas por já precisar deslocar-se para outro compromisso, pelo que
85 todos agradecem. Há um diálogo entre os conselheiros e considerando que algumas
86 informações prestadas pelo Diretor suscitaram questionamentos, é sugerido que se
87 encaminhe um ofício ao Secretário de Administração solicitando maiores esclarecimentos,
88 especificamente quanto ao fato de que se há uma redução de demanda de 60% no mês
89 de janeiro, por quê não manter a produção reduzida em 60% para atender os 40% que
90 ficam sem o serviço, sendo que isso não inviabilizaria conceder férias para 60% ou 70%
91 dos trabalhadores. Também deve constar nesse ofício a solicitação de um estudo
92 comparativo e um demonstrativo de qual é o impacto financeiro/orçamentário com a
93 interrupção da produção de refeições para os Restaurantes Populares, em comparação
94 com o modelo atualmente adotado. A Vice-Presidente Ana Clara pede se todos são
95 favoráveis pelo encaminhamento do ofício, sendo da concordância de todos. Seguindo
96 com a reunião, se dá início aos pontos da pauta: **Item A da pauta - Deliberar sobre a ata**
97 **nº 009/2025 do CMAS:** tendo referida ata sido encaminhada para leitura prévia dos
98 conselheiros, a conselheira Ana Clara pergunta à Secretária Ana Maria se houve algum
99 pedido de alteração e, não havendo, coloca a ata em votação, sendo aprovada pelos
100 presentes. **Item B da pauta - Deliberar sobre a Prestação de Contas: Execução**
101 **Financeira e Orçamentária do 1º Quadrimestre de 2025:** Iniciando sua apresentação, o
102 Diretor do Departamento de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, Sr. Jean
103 Michell Fagundes Bispo, informa que este relatório está sendo apresentado com um certo
104 atraso, embora a reunião com a Comissão de Orçamento do CMAS já tenha sido realizada
105 no dia 10 de julho de 2025, contando com o parecer favorável da Comissão, não tendo

106 sido possível apresentar nas reuniões anteriores por conflitos de agenda. Ele informa,
107 inclusive, que o relatório referente ao 2º quadrimestre de 2025 já está concluído, o qual
108 também será encaminhado para análise prévia e reunião com a Comissão de Orçamento.
109 Seguindo, Jean informa que o conteúdo da apresentação segue o mesmo padrão das
110 anteriores, desde a organização do orçamento, da previsão orçamentária, da execução
111 orçamento e da execução financeira e a situação das receitas. Ele informa que a
112 organização administrativa do Município não mudou, inclusive em relação ao PPA - Plano
113 Plurianual 2026, que continua dividido em um órgão e duas unidades, sendo a Secretaria
114 Municipal de Assistência Social dividida como Unidade de Gabinete e Unidade de Fundo
115 Municipal de Assistência Social. Falando do Orçamento atualizado da SMAS, O Diretor
116 Jean informa que chegou ao valor de R\$ 46.800.710,49 (quarenta e seis milhões,
117 oitocentos mil, setecentos e dez reais e quarenta e nove centavos) até o final do 1º
118 quadrimestre de 2025, sendo este valor maior do que o inicialmente previsto que foi de R\$
119 43.991.032,35 (quarenta e três milhões, novecentos e noventa e um mil, trinta e dois reais
120 e trinta e cinco centavos). Lembrando que no ano de 2024 a composição do orçamento
121 chegou num percentual de aproximadamente 10% com recursos de outras fontes, sendo
122 que neste 1º quadrimestre de 2025 se chegou a 6% do orçamento com recursos de outras
123 fontes, ficando demonstrado que os 94% do orçamento da Assistência Social são
124 compostos de recursos próprios, ficando evidente que a carga está sobre o Município.
125 Apresentando um gráfico com o histórico do orçamento da Assistência Social desde o ano
126 de 2019, fica demonstrado aos presentes um comparativo dos recursos próprios e
127 recursos de outras fontes, sejam eles federais ou estaduais, ficando evidenciado um
128 crescimento exponencial do investimento com recursos próprios e, em contrapartida, os
129 recursos estaduais ou federais tiveram uma redução. Jean ressalta que nos últimos anos
130 os gestores municipais têm investido na Política de Assistência Social, mesmo que o
131 investimento nessa Política seja discricionário, o que significa que o Gestor Municipal pode
132 investir mais ou menos. Com relação à execução orçamentária, o valor empenhado no 1º
133 quadrimestre, em relação ao valor atualizado do orçamento, representou 32,04% que
134 corresponde a R\$ 14.992.727,60 (quatorze milhões, novecentos e noventa e dois mil,
135 setecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos). Jean apresenta também um quadro
136 com o percentual de execução dos últimos anos, até 2024, e a projeção para o ano 2025
137 de 91,03% do orçamento, lembrando que a execução depende da arrecadação. Falando
138 da execução financeira, que trata do que foi efetivamente pago em relação aos
139 compromissos assumidos, no 1º quadrimestre de 2025 foram pagos um valor de R\$
140 10.733.312,25 (dez milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e doze reais e vinte e

141 cinco centavos), que corresponde a 71,59% dos valores empenhados. Com relação à
142 situação das receitas do 1º quadrimestre de 2025, o Diretor Jean ressalta que não houve
143 uma mudança expressiva nas situações das receitas, principalmente nas receitas externas
144 que são as federais e estaduais, as quais são recebidas no montante de acordo com os
145 governos federal e estadual entendem ser possível encaminhar, sendo que o único
146 recurso que tem vindo com regularidade é o IGD Programa Bolsa Família, no montante
147 pactuado, porém, sem correção pelo índice da inflação nos últimos seis ou sete anos. Já o
148 recurso do IGD-SUAS não tem vindo há mais de dois anos, sem uma informação do
149 Governo Federal do porquê da cessação. Quanto aos recursos dos blocos da Proteção
150 Social Básica e Proteção Social Especial têm sido enviados, mas em valores inferiores ao
151 pactuado há quine anos. Na contramão a essa falta de regularidade dos recursos federais
152 pactuados, Jean destaca o momento atual que se observa a política de gabinete que
153 consiste no encaminhamento de recursos através de emendas parlamentares, prática já
154 adotada pelo Estado, com encaminhamento através da aprovação de deliberações e cita
155 como exemplos: recursos para construção de CRAS, recursos para compra de
156 equipamentos, recursos para compra de materiais, onde o Estado decide o que se
157 pretende financiar e os municípios optam em aderir ou não. Dando sequência, o Diretor
158 Jean apresenta dois gráficos que demonstram a variação entre o que é a previsão e a
159 arrecadação dos recursos estaduais e federais, sendo que o único recurso que vem de
160 forma regular e automática é o Piso Único de Assistência Social que é em torno de R\$
161 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por ano. Por fim, o Diretor Jean apresenta um
162 demonstrativo do saldo financeiro das fontes/receitas que ao fim do 1º quadrimestre de
163 2025, somando todos os recursos estaduais e federais totalizaram o valor total acumulado
164 de R\$ 2.320.210,07 (dois milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e dez reais e sete
165 centavos). Finalizando, o Diretor Jean relembra aos presentes que dentre as atribuições
166 do CMAS, está a competência de acompanhar e avaliar a execução, desempenho e
167 resultados financeiros do FMAS. Esta competência está estabelecida na Lei Municipal “G”
168 nº 2.392/2022, Artigo 18. Por isso regularmente são apresentados os documentos
169 (relatórios, demonstrativos, balancetes financeiros, etc.) para serem analisados de forma
170 prévia pelos membros da Comissão de Orçamento, e realização de reunião para
171 esclarecimento de dúvidas, para nesta reunião apresentar a Prestação de Contas de
172 forma sucinta. Jean informa que a Comissão de Orçamento não manifestou nenhum
173 apontamento, tendo dado o parecer favorável à Prestação de Contas. A Vice-Presidente
174 deste Conselho coloca em votação da plenária a Prestação de Contas referente à
175 Execução Financeira e Orçamentária do 1º Quadrimestre de 2025, sendo aprovada pelos

176 conselheiros. **Item C da pauta – suprimido. Item D da pauta – Apresentação de dados**
177 **de desligamento voluntário do Programa Bolsa Família:** Atendendo solicitação dos
178 conselheiros na reunião do CMAS realizada no dia 06 de agosto de 2025, a Coordenadora
179 do Programa Bolsa Família e Benefícios Socioassistenciais da Secretaria Municipal de
180 Assistência Social, Franciele de Souza, inicia falando que o Programa Bolsa Família é
181 destinado a famílias em situação de extrema pobreza (renda per capita mensal de até R\$
182 218,00) ou pobreza (renda per capita até R\$ 706,00 conforme Portaria nº 1.084/2025),
183 mantendo-se em Regra de Proteção. Sobre o que é o Desligamento Voluntário, trata-se
184 quando a família beneficiária solicita o cancelamento do benefício por iniciativa própria,
185 geralmente devido a uma melhoria na condição financeira, como aumento de renda ou
186 emprego estável. Diferente de cancelamentos automáticos por irregularidades, não
187 atualização do Cadastro Único ou exceder renda sem solicitação), o desligamento
188 voluntário preserva direitos futuros, como o Retorno Garantido que permite reversão do
189 cancelamento e a reintegração da família no Programa em até 36 meses, e evita
190 penalidades por irregularidades. Franciele informa que quando a família tem uma melhora
191 financeira e não atualiza o Cadastro, ela pode solicitar o desligamento voluntariamente via
192 aplicativo do Bolsa Família ou procurando o CRAS para preencher uma declaração em
193 formulário próprio que é encaminhado para o Departamento de Vigilância
194 Socioassistencial da SMAS para alimentação do SIBEC, que é o sistema de
195 gerenciamento do Bolsa Família. Destacando que os beneficiários do Programa Bolsa
196 Família recebem a informação de que podem solicitar o desligamento voluntário, Franciele
197 apresenta um gráfico do período de agosto/2024 a julho/2025 que mostra o número de
198 famílias que recebem o Bolsa Família em Toledo, bem como as famílias que estão em
199 regra de proteção. Também mostra as famílias que atualizaram o Cadastro Único e
200 ficaram acima da regra de proteção, as quais já tiveram cessado o benefício e os números
201 de famílias que solicitaram o desligamento voluntário que foram os seguintes: 01 família
202 em agosto/2024, 04 em setembro/2024, 02 em outubro/2024, 01 família em
203 fevereiro/2025, 02 em maio/2025, 02 em junho e 02 famílias em julho, porém consultando
204 o sistema foi observado que duas famílias solicitaram o desligamento por equívoco, tendo
205 sido providenciada a reversão do cancelamento. Aberto espaço para perguntas, e não
206 havendo, a Vice-Presidente Ana Clara agradece as informações prestadas e dá sequência
207 à pauta, passando para o **Item E da pauta – Deliberar pela substituição de**
208 **representante da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social: Infância,**
209 **Juventude, Pessoa Idosa e Família – SDHS –** A Secretária do CMAS, Ana Maria Informa
210 que devido o pedido de exoneração da servidora Silvana Aparecida Ramos Alves Ferreira

211 foi recebido ofício da SDHS comunicando sua substituição como representante suplente
212 neste Conselho pela servidora Késsi Rudek. A conselheira Ana Clara, na condução desta
213 reunião, já sugere que seja deliberado o ponto incluído na pauta, que trata da
214 **substituição de conselheiro representante da entidade Centro Beneficente de**
215 **Educação Infantil Ledi Maas no CMAS.** Ana Maria informa que foi recebido ofício
216 daquela entidade, comunicando a substituição do conselheiro José Claudio Pereira pela
217 Sra. Clarice Marisa de Marchi de Souza Naves. Considerando as substituições aqui
218 informadas, já deliberando pelo **Item F da pauta – Deliberar sobre recomposição das**
219 **Comissões Permanentes de Trabalho do CMAS,** as agora conselheiras Késsi Rudek e
220 Clarice Marisa de Marchi de Souza Naves passam a compor as Comissões de
221 Fiscalização e de Orçamento, respectivamente. Também em virtude que o Sr. José
222 Claudio Pereira estava representando o CMAS na Comissão Intersetorial de Convivência
223 Familiar e Comunitária do CMDCA, em breve diálogo entre os conselheiros, a conselheira
224 Jaqueline Nadir da Silva de Souza se disponibiliza a exercer essa representação, sendo
225 da concordância de todos. Colocando em votação o item “e” que tratou das substituições
226 dos representantes da SHD e Creche Ledi Maas e item “f” que tratou da recomposição
227 das Comissões Permanentes, todos votam favoravelmente. Seguindo a pauta, **Item G da**
228 **pauta – Relatos e deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS:** pela
229 **Comissão Técnica** a Presidente da Comissão informa não haver relatos, estando todos
230 os processos de manutenção de inscrição já analisados. **Comissão de Fiscalização:** A
231 Presidente da Comissão Cíntia Regina Brun informa ter atualizado a tabela dos
232 processos destinados a cada trio, de forma a permitir que os conselheiros ao fim desta
233 reunião possam se organizar para proceder o agendamento das visitas. Com a palavra a
234 conselheira Keila Daniela Mariano Bet informa que juntamente com as conselheiras Livia
235 Maria Lima de Jesus e Martha Regina Rohr realizaram visita à entidade APAE –
236 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais no dia 1º de setembro e foram recebidas
237 pela Diretora Lucimar Recalcatti e pela Assistente Social Ana Clara Schneider, sendo
238 levadas a todas as salas, tendo lhes causado uma boa impressão quanto ao trato pelos
239 profissionais dispensado aos usuários. Quanto ao ambiente, observaram estar limpo,
240 organizado e um espaço externo bastante arborizado. Quanto à documentação, não há
241 apontamentos e o parecer da Comissão é favorável pela manutenção do serviço.
242 Contribuindo com o relato e para conhecimento de todos os conselheiros, a conselheira
243 Cíntia informa que a APAE desenvolve para a Assistência Social o serviço de Proteção
244 Básica no Domicílio, havendo 60 usuários vinculados. Com o parecer favorável pela
245 Comissão, a Vice-Presidente Ana Clara coloca em votação a manutenção da inscrição no

246 CMAS da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, sendo aprovado por
247 todos. Pela **Comissão de Orçamento** não há relatos. Pela **Comissão de**
248 **Acompanhamento da Deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social,**
249 a conselheira Cíntia, como integrante da Comissão Organizadora da XVI Conferência
250 Municipal de Assistência Social informa que a Comissão permanece finalizando
251 documentos relativos, seja no encaminhamento de propostas de outras políticas, envio
252 das moções aos respectivos destinatários e providências em relação à emissão dos
253 certificados da Conferência, além de estarem aguardando as orientações aos delegados
254 que participarão da XV Conferência Estadual da Assistência Social em Foz do Iguaçu/PR
255 nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 2025. Passando aos **INFORMES**: já tendo sido tratado o
256 **item a) Informes da Cozinha Social**, a conselheira Ana Clara solicita se há Informes da
257 SMAS, momento em que a Secretária deste Conselho informa que pelo item **b) Informes**
258 **da SMAS** a Coordenadora do CRAS VI – Itinerante, Martha Regina Rohr, por solicitação
259 da Secretária da SMAS, Simone Beatriz Ferrari, estará trazendo aos presentes um relato
260 das atividades realizadas. Com a palavra, Martha informa que neste ano o CRAS
261 Itinerante realizou duas ações comunitárias, em parceria com outras políticas, buscando a
262 descentralização de atendimentos de Serviços Públicos nos Distritos de Novo Sarandi e
263 Vila Nova, sendo ofertados os serviços da Assistência Social – CRAS - CREAS, Cadastro
264 Único, Carteira da pessoa Idosa, e Carteira 65+; além de parceria com a Agência do
265 trabalhador; Secretaria da Saúde, com aferição de pressão, glicemia e orientações,
266 realizado pelos alunos do Curso Técnico de Enfermagem do Dario Velozzo em uma das
267 ações. Também numa parceria com o Núcleo de Práticas Jurídicas – PUC - Novo Sarandi
268 teve oferta desse serviço. A Guarda Municipal também, esteve envolvida para emissão da
269 Carteira da pessoa Idosa e PCD para estacionamento; bem como a Secretaria de
270 Habitação que esteve passando Orientações sobre cadastro habitacional. A Secretaria do
271 Meio Ambiente pelo Departamento da Proteção Animal para orientar sobre a castração
272 dos animais domésticos. Da mesma forma a Secretaria da Agricultura familiar; esteve nos
273 eventos, a SDHS com orientações à população quanto a garantia de direitos e a Cozinha
274 Social e Secretaria de comunicação. Martha apresenta fotos dos eventos e enfatiza que
275 mesmo que o número de pessoas possa não ser significativo, são pessoas que tem
276 dificuldades de acessar os serviços na sede, sendo pessoas idosas o maior número de
277 atendidos. Ela informa que neste ano estão previstas ações semelhantes nos Distritos de
278 Concórdia do Oeste e Ouro Preto. Questionada pela conselheira Cíntia se destas ações
279 se pôde mensurar um aumento pela procura de atendimento, Martha confirma e informa
280 que visando atender a busca pelos serviços oferecidos pelo CRAS Itinerante foi

281 necessário incluir novas datas para atendimento nos dois distritos, tendo sido necessário
282 contar com o auxílio de entrevistadores volantes de Cadastro Único, devido a busca por
283 esse serviço. Agradecendo a apresentação da Coordenadora Martha, Ana Clara solicita se
284 há outro informes da SMAS, ao que a Diretora de Gestão do SUAS e Conselheira Cíntia
285 Regina Brun, informa que ela, juntamente com as servidoras Neiva Ana Jurach, Ana Laura
286 Machado dos Santos, além da conselheira e Vice-Presidente do CMAS Ana Clara
287 Schneider, estiveram em Foz do Iguaçu, no dia 28 de agosto de 2025, participando do
288 Seminário: Níveis de Reconhecimento das Entidades e Organizações da Sociedade Civil
289 na Rede SUAS, organizado pelo CIEE, com apoio do Governo Federal onde foram
290 prestadas orientações para as entidades buscarem isenções fiscais, precisando para tanto
291 estarem devidamente inscritas nos respectivos cadastros, seja CNEAS ou CEBAS,
292 servindo também para a Gestão da SMAS auxiliar as entidades replicando os
293 conhecimentos obtidos, visto que a Gestão também presta alguma consultoria às
294 entidades. Seguindo a pauta e passando ao item **c) Relato das Comissões externas e**
295 **representações**, a representante do CMAS junto ao COMSEA, Jaqueline Nadir da Silva
296 de Souza relata ter participado de reunião daquele Conselho na qual foi tratado sobre o
297 fluxo de recebimento de alimentos pela Cozinha Social com relatos dos pequenos
298 produtores quanto a dificuldade de conseguir que sua produção seja aproveitada pela
299 Cozinha Social. Falou também da renovação dos conselheiros do COMSEA, tendo sido a
300 primeira reunião convocada desde a sua indicação como representante do CMAS, sendo
301 que é previsto que as reuniões do COMSEA também ocorram mensalmente. Não havendo
302 outros relatos de representantes das comissões externas, pelo item **d) Correspondências**
303 **recebidas e expedidas**, a Secretária Ana Maria informa que foram recebidos os seguintes
304 expedientes: Ofício nº 36/2025 datado de 02/09/2025 do Centro Beneficente de Educação
305 Infantil Ledi Maas – Lions, informando a substituição do representante neste Conselho do
306 Sr. José Claudio Pereira pela Sra. Clarice Marisa de Marchi de Souza Neves; Ofício nº
307 289/2025 datado de 02/09/2025 da Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social,
308 Infância, Juventude, Pessoa Idosa e Família - SDHS, informando a substituição da
309 representante neste Conselho da Sra. Silvana Aparecida Ramos Alves Ferreira pela
310 servidora Sra. Késsi RudeK; e o Ofício Circular nº 023/2025 datado de 28/08/2025 da
311 Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, Infância, Juventude, Pessoa Idosa e
312 Família – SDHS, solicitando a indicação para nova composição da Comissão Específica
313 para o Programa Bolsa Agente de Cidadania. Relatando e-mails recebidos, Ana Maria cita
314 o e-mail encaminhado pelo CIEE convidando para participação no Seminário: Níveis de
315 Reconhecimento das Entidades e Organizações da Sociedade Civil na Rede SUAS em

316 Foz do Iguaçu, já citado pela conselheira Cíntia. Outro e-mail recebido foi do Controle
317 Interno que encaminhou uma cartilha elaborada pelo TCE sobre os *Conselhos Municipais:*
318 *uma participação que fortalece a Gestão Pública*, cartilha que foi compartilhada com os
319 conselheiros. Quanto aos ofícios emitidos, foram os seguintes: Ofício n° 054/2025
320 endereçado à Secretaria de Desenvolvimento Humano e Social, Infância, Juventude,
321 Pessoa Idosa e Família – SDHS com a indicação da conselheira Martha Regina Rohr
322 como representante suplente na Comissão Específica para Programa Bolsa Agente de
323 Cidadania e posteriormente o Ofício n° 064/2025 respondendo ao ofício circular n°
324 023/2025n da SDHS confirmando as representantes Livia Maria Lima de Jesus e Martha
325 Regina Rohr na referida comissão do Programa Agente de Cidadania. No item **e) Outros**
326 **Informes:** a conselheira Cíntia Regina Brun comenta sobre um treinamento para de
327 direitos da criança e adolescente para conselheiros tutelares e profissionais da rede de
328 atendimento que foi compartilhado pelo conselheiro do CEDCA José Claudio Pereira,
329 tendo participação também do Governo Federal e que será realizado no Biopark nos dias
330 08 a 12 de setembro, abrangendo toda Regional de Cascavel. Considerando que a
331 Política de Assistência Social possui muitos servidores que atendem crianças e
332 adolescentes, é intenção dela própria buscar junto à Gestão da SMAS a possibilidade de
333 algumas vagas serem preenchidas por servidores da SMAS e/ou conselheiros do CMAS.
334 Finalizando a reunião às 10 horas, a Vice-Presidente Ana Clara Schneider agradece a
335 todos e eu, Ana Maria Krolow, Secretária Executiva do CMAS, encerro a presente ata, a
336 qual será encaminhada por e-mail aos conselheiros/as para apontamentos de eventuais
337 alterações, que na próxima reunião ordinária será assinada por mim e pelos demais
338 presentes.